

Violência e agressividade à serviço da necropolítica ou até quando a ganância capitalista nos roubará nossas crianças?

Lucia Maria de Freitas Perez

Rita Maria Manso de Barros

Resumo:

A partir do interesse em pesquisar a violência e a agressividade envolvendo as gerações mais jovens, o artigo se propõe a discutir e a diferenciar, à luz da psicanálise, a dinâmica existente entre esses conceitos, buscando demarcar as fontes pulsionais na constituição subjetiva, no esforço de evidenciar, no entrelaçamento entre cultura e história, a força coercitiva do superego. Tais articulações estão entremeadas com os achados obtidos na experiência extensionista na Coordenação do Programa “Enredando saberes: impasses da prática” e do Projeto “Em nome do sujeito: encontros de psicanálise, literatura e artes”, ambos vinculados à PROEXC/UNIRIO, atualmente direcionados para ações voltadas para crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social.

Palavras chave: agressividade, violência, infância, juventude, vulnerabilidade social.

A agressividade e a violência envolvendo as gerações mais jovens, sejam as que se voltam contra elas ou as por elas cometidas, estão, entre os mais polêmicos temas da atualidade e os que mais provocam comoção social. Exemplos tomam as páginas dos jornais e as redes sociais, como atestam, por exemplo, a morte recente, de Rafaelle Pacheco, de 10 anos, que sequer chegou a comemorar seu aniversário, cuja festa estava marcada para o dia seguinte no qual ocorreu sua passagem ... A criança foi brutalmente atingida por um tiro de fuzil na rua, em São João de Meriti, na Baixada Fluminense (RJ), em 20/01/2023. Situação absurda que coloca em evidência a total falta de controle, em nosso país, no uso e porte de armas. Outro triste exemplo e que também circulou na mídia

é a situação crítica de saúde na qual foram encontradas, semana passada, em Roraima, crianças e idosos que fazem parte dos povos originários da nação Yanomami. Seus ossos, apenas recobertos por pele, são indicativos do que restou do período de quatro anos de trevas e no qual uma necropolítica foi posta em ação. Tão desoladoras imagens põem a céu aberto o abandono e o descaso por parte das autoridades, que levaram os Yanomamis ao terror cotidiano de verem, dia após dia, tombarem, vencidos pela morte, crianças, adultos e velhos, em um massacre sem precedentes, dizimados, lentamente, pela política eugenista do governo da destruição capitalista.

Se falamos em agressividade e violência, ocupando lugar na cena cotidiana, não podemos deixar de registrar que há poucas semanas, em 08/01/2023, em Brasília, capital do Brasil, há exatamente uma semana da festejada e emblemática posse de um presidente que representa a união das forças democráticas contra a investida fascista, fomos surpreendidos por um violento ataque aos edifícios que simbolizam os três poderes, pilares de nossa Democracia: Palácio do Planalto, Superior Tribunal Federal e Congresso Federal. Tal ataque orquestrado por lideranças golpistas produziram um efeito devastador sobre todos nós, posto que os vândalos, que se autodenominam como “patriotas” e “cidadãos de bem”, com seus impulsos agressivos, insuflados por uma estratégia calcada na psicologia das massas, invadiram a Esplanada dos Ministérios em Brasília, causando um prejuízo de valor inestimável ao patrimônio público, destruindo obras e objetos de arte centenários e ferindo gravemente as instituições democráticas.

Em páginas próximas, nas mesmas mídias, em decorrência da terrível violência urbana que assola as cidades brasileiras, cotidianamente, temos também notícia, tanto de adolescentes pobres praticando atos infracionais, como dos que sofrem maus-tratos físicos e psicológicos, partindo, tanto da força repressiva de um aparato policial despreparado, como de suas famílias, bem como das próprias instituições socioeducativas do Estado, que, em tese deveriam protegê-los e reorientá-los. Quanto a esses jovens pobres, pejorativamente nomeados de menores infratores, pivetes ou trombadinhas, indagamos: Quem são os que recebem esses codinomes? Acaso esquecemo-nos de que são crianças e jovens, sujeitos em desenvolvimento?! “Delinquentes”, “trombadinhas”, “marginais”... Quem são e como são psiquicamente constituídos os jovens que, com essas alcunhas, tanto medo provocam e para quem tantos fecham olhos e ouvidos, fingindo que não os veem ou escutam, trancando as janelas de seus automóveis?! Janelas que, recobertas por filtros, tornam-se mais escuras e, conseqüentemente, impenetráveis ao olhar dos que estão do lado de fora; vã tentativa de cegar a consciência de quem se

protege, dentro de carros e de confortáveis residências, da miséria e da dor que pairam nas ruas e nas favelas. Uma entre tantas outras negações que contribuem, direta ou indiretamente, para a sustentação/perpetuação de discursos que justificam as agressões sofridas por jovens negros e pobres e que podem culminar no aumento da violência e até mesmo em mortes violentas.

Não podemos desconsiderar que a criação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), em 1990, marcou em nosso país o reconhecimento dessa tão especial parcela de nossa população enquanto sujeitos em condição peculiar de desenvolvimento, aos quais devem ser garantidos todos os direitos humanos fundamentais, tais como à saúde, à educação, à dignidade, ao lazer, entre outros. Entretanto, embora resguardados pela legislação brasileira, crianças e adolescentes, especialmente se pretas e pobres, são ainda uma parcela muito vulnerável da população pois, infelizmente, as estatísticas nacionais ainda apontam para dados alarmantes relacionados ao trabalho infantil, aos índices de analfabetismo, desnutrição, abuso sexual e mortalidade infantil.

Tais evidências convocam-nos a contribuir para colocar em ato o que a lei preconiza, localizando os pontos de impasse para essa efetivação. Este é um dos principais móveis desse artigo que se propõe a discutir e a diferenciar, à luz da psicanálise, a dinâmica da agressividade e da violência, buscando também problematizar o papel que a cultura brasileira exerce sobre nossa infância e nossa juventude. Para tanto, recorreremos, inicialmente, às postulações freudianas sobre violência e agressividade, buscando demarcar as fontes pulsionais na constituição subjetiva, no esforço por demarcar, no entrelaçamento entre cultura e história, a força coercitiva do superego. Tais articulações estão entremeadas com os “achados” obtidos na experiência extensionista através da Coordenação do Programa “Enredando saberes: impasses da prática” e do Projeto “Em nome do sujeito: encontros de psicanálise, literatura e artes”, ambos vinculados à PROEXC/UNIRIO que, durante longo e rico período mantiveram convênio com o Programa “Eu Apoio a Voz do adolescente”, do Serviço de Psicologia da VEMSE – Vara de Execução de Medidas Socioeducativas da Comarca da Capital para a proposição/execução de ações educativas, artísticas e culturais voltadas para os diversos atores da cena socioeducativa; a partir de 2022, com a extinção do convênio com o Tribunal da Justiça, nossos projetos redirecionaram seu foco, mas não seus princípios e objetivos, voltando-se, prioritariamente, para o trabalho com crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade, moradoras de comunidades periféricas, cotidianamente vítimas da violência decorrente da injustiça social.

Uma História marcada pela desigualdade

Na condição de psicanalistas e professoras universitária de instituições públicas de ensino brasileiras¹, seja na psicanálise em intensão ou na extensão, ou mesmo no cotidiano do trabalho na docência, enquanto professoras de Psicologia e de Psicanálise, atuando em uma Escola de Educação junto a cursos de Licenciatura em diferentes campos de saber, e, uma de nós, como responsável pelos Seminários de Educação, Cultura e Sociedade, ofertados ao curso médico da Escola de Medicina e Cirurgia, da UNIRIO, seja na orientação de dissertações de Mestrado no Programa de Psicanálise e Políticas Públicas, da UERJ, compartilhamos com nossos pares e especialmente com aqueles a quem escutamos e orientamos, a língua portuguesa e as marcas de uma História que nos atravessa.

Trágica história na qual a instituição da escravidão, assim como o genocídio dos povos indígenas impostos pelos colonizadores europeus, por armas de fogo, pelas doenças dos invasores e, atualmente, pela ganância de garimpeiros, mineradores, de alguns agropecuaristas e de políticos medonhos convivem “pacificamente” com ideias liberais. Uma paradoxal vizinhança que, aqui encontrou forte acolhida, embora não tenha sido gestada em terras brasileiras. Domenico Losurdo demonstra com brilhantismo, em *Contra-história do liberalismo* (2006-2020), como durante o séc. XVIII, especialmente a Inglaterra, a França, a Holanda, e também os Estados Unidos - nações que lucraram imensamente com a instituição da escravidão - foram também campo fértil para o florescimento das ideias liberais. Na Europa, tal discurso, centrado no direito do homem ser livre frente ao poder absoluto do monarca, não encontrava contradição em coexistir e justificar a escravidão de negros e de índios nas colônias. Não havia estranheza quanto a esse ponto e o já citado historiador deixa patente como expoentes das ideias liberais, tais como Adam Smith, John Locke, entre outros, não apenas justificaram publicamente a escravidão nas colônias, como eram também, eles próprios, proprietários de pessoas

¹ UNIRIO – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - Professora Associada, nível 2

UERJ – Universidade do Estado do Rio de Janeiro - Professora Colaboradora do Mestrado Profissional em Psicanálise e Políticas Públicas.

escravizadas. A tão propagada “liberdade” era, e ainda é, somente para uns poucos, que fazem parte da elite dominante, predominantemente branca...

Retornando ao Brasil, destaca-se que, especialmente após o indubitável golpe de 2016, culminando no período compreendido entre 2018-2022, no qual foi eleito um nefasto e destruidor líder populista da extrema-direita, prosperaram práticas necropolíticas e genocidas, afinadas com uma perspectiva econômica imperialista, calcadas na expropriação, no desrespeito aos povos originários e na entrega dócil e servil das riquezas nacionais para capitais estrangeiros. Estratégias políticas que aprofundaram a abissal desigualdade de classes, vigente em nossa história.

Que efeitos podem ser produzidos quando esse contexto de horror incide nos diferentes sujeitos, sejam os que recebemos em análise, na psicanálise em intensão, sejam os que frequentam os diferentes dispositivos que criamos a partir do trabalho desenvolvido na extensão universitária, desde 2017? Essa é uma das perguntas que permanentemente temo-nos feito e a escuta analítica, seja a realizada em espaços públicos ou nos privados, coletivos ou íntimos, tem nos revelado a pavorosa fissura do homem “liberado” da sociedade moderna... (LACAN, 1998, p.126). Embora, reconheçamos que o modo singular como cada sujeito, ouvido em análise, se apropria ou elide fragmentos do contexto histórico nacional e de sua história familiar só possa ser referido a posteriori e no caso a caso, entendemos que a psicanálise, enquanto uma “ética da pólis” (Perez, D’Icarahy, Manso de Barros e Martello, 2019) também sustenta seu lugar, como bem situou Beth Fulks (2011), a partir de dois eixos: Se há uma escuta clínica apoiada em uma ética, há uma outra dimensão que convoca, permanentemente, o analista a ocupar o lugar de crítico da cultura que testemunha e isso exige que estejamos, tal como propõe Lacan (1998), à altura de nosso tempo.

A ética é, enfim, a bússola que permite a nós e a nossos parceiros e colaboradores² escutar tantas “vítimas comoventes” (Lacan, 1998, p. 126), sendo também o motivo pelo qual atendemos com grande entusiasmo o convite, do Instituto Técnico de Saúde Numa I do Bailundo, para participar do volume “As pontes do universo: reflexões sobre a experiência de ensinar e curar”, organizado pelo grupo de trabalho sobre *Filosofia da*

² Destacamos em especial a parceria mantida com a Psicóloga Marlise D’Icarahy que abriu para nossos projetos as portas do Setor de Psicologia da VEMSE/RJ – Vara de Execução de Medidas Socioeducativas da Comarca da Capital, o que gerou um convênio de colaboração entre nossa Universidade e o Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, que vigorou de 2018 a 2022.

Saúde e História Social. Chamado que estimula a estreitar ainda mais os laços com pesquisadores de Angola, país que compõe o continente africano, de onde foram trazidos sujeitos que fazem parte de nossa ancestralidade, e o qual uma de nós visitou algumas vezes ministrando aulas na Universidade Agostinho Neto. Uma oportunidade para recolocar a história em seu devido lugar e para apurarmos as lentes em direção ao que, nos últimos tempos, tem sido os significantes privilegiados de nossas inquietações - a violência, a agressividade e o gozo – conferindo especial destaque à violência que se volta para crianças e adolescentes em situações de maior vulnerabilidade.

O que a psicanálise pode nos ensinar sobre a agressividade?

Encontramos no breve, mas contundente, artigo intitulado *Por que a guerra?* (1933[1932]/1976), uma boa entrada para essa discussão. Publicado por Freud, ainda no século XX, no início dos anos 1930, o artigo originado de uma carta escrita por Einstein a Freud, indagando-lhe sobre a atitude agressiva dos humanos, mantém uma atualidade impactante. Nessa correspondência, os dois gigantes do pensamento universal, buscam entender o incompreensível: o que leva os homens à guerra?

Que motivos teriam conduzido dois dos maiores gênios da humanidade, expoentes máximos em seus campos, a se debruçar sobre essa questão? Novamente, a História Universal vem em nosso auxílio, situando-nos em um tempo, em certa medida similar ao nosso, no qual as feridas da primeira guerra ainda estavam abertas, as economias em todo o mundo ou destruídas ou em franco declínio, as tensões sociais agravadas, abrindo caminho para o enraizamento do totalitarismo. À provocação do cientista, Freud respondeu, colocando-se da seguinte forma no que tange à violência: “É, pois, um princípio geral que os conflitos entre os homens são resolvidos pelo uso da violência. É isto o que se passa em todo o reino animal, do qual o homem não tem motivo para se excluir” (1933/1976/p.246)

No decorrer da carta, Freud apresenta os motivos pelos quais sustenta essa afirmação. Ao retomar “Tótem e Tabu” (1913/1976), assinala o quanto, desde os primórdios, na horda primitiva, o domínio sobre um grupo era alcançado pela força muscular bruta. Alerta-nos ainda que, mesmo quando o homem passa a utilizar

instrumentos, fazendo valer a superioridade intelectual, o objetivo diante de um adversário permanecia o mesmo: subjugar e destruir.

No já citado trabalho, retomado na carta, o pai da psicanálise vale-se da criação de um mito para evidenciar o quanto o assassinato está no fundamento da Lei. Se, no transcurso da história, o uso do poder pelo mais forte pôde ser regulado através de leis, isso só foi possível pelo atravessamento da violência da horda primitiva contra o pai – o *Urvater*, que gozava de todos os bens e de todas as mulheres, expulsando os filhos machos à medida em que cresciam. Desse assassinato, praticado pelos filhos, advém a culpa e o amor pelo pai morto (pai simbólico). Ambivalência que produz efeito sobre as pulsões, marcando o sujeito com uma dupla interdição: a do incesto e do parricídio, imprescindíveis para a emergência da civilização e da cultura.

Freud também nos chama a atenção para o fato de que se a união de grupos poderia manter uma comunidade, a violência estaria na base dessa manutenção (cfe. Freud, 1933[1932]/1976). Além de “Tótem e Tabu” (1913), muitas das ideias expressas em “Por que a guerra?” já haviam sido desenvolvidas, de forma mais extensa, três anos antes, em “O mal-estar na civilização” (1929[1930]/1976). Publicação na qual analisa o quanto a presença da agressividade na cultura tem como efeito o que denominou de “mal-estar”, uma cota de angústia cotidianamente experimentada, expressão da culpa inconsciente decorrente do parricídio, mas, ao mesmo tempo, afeto permanente em todo aquele que se dê conta das dificuldades da vida e do extremo abismo entre as classes sociais.

A tensão fundamental e que justifica o mal-estar na civilização diz respeito à dimensão conflitiva do psiquismo. Há algo do pulsional - expressão do princípio de prazer e de seu além, que lhe antecede e lhe é mais primitivo, numa tensão permanente entre vida e morte. Tensão que, dominando o aparelho psíquico, quando em desacordo com os valores estabelecidos, provoca a repressão. Nesse ponto, sentimos necessidade de estabelecer uma distinção conceitual entre repressão e recalque, conceitos que se entrelaçam e que, por vezes, se confundem, especialmente por problemas de tradução para o português feita a partir da versão inglesa das obras completas do pai da psicanálise.

A ação da repressão, advinda de fora do aparelho, do mudo externo, o *Unwelt*, promove o aumento da tensão interna e conseqüente desconforto interno, o *Inwelt*, que promove o recalque tornando inconsciente o conteúdo que está sendo tensionado, chancelando-o com um “Não”. Esta operação de defesa, protetiva para o sujeito, causa inicialmente, um alívio da tensão causada pela repressão. Entre o princípio de prazer e a sua repressão, entre o sim e o não, o bebê humano se constitui como sujeito, pelo recalque,

se sujeitando, se alienando, inicialmente, ao campo do Outro, de onde provém a linguagem que habitará e conformará seu corpo. Só que o recalado, pela própria incessante ação do pulsional, retorna. Um retorno que comparece nos sonhos, atos falhos, esquecimentos, passagens ao ato e sintomas. Paradoxais expressões de um sujeito que, apesar de, insiste em repetir...

Por outro lado, se a tensão que advém da repressão, exigida pelo mundo externo, convoca e promove o recurso interno e inconsciente que conduz ao recalque, provem de um desacordo entre o pulsional e os valores estabelecidos culturalmente; contudo, devemos nos interrogar sobre a natureza, sobre o estatuto desses valores. Seriam valores estabelecidos pelo necessário pacto civilizatório, que exigem o recalque e, no melhor dos casos, a sublimação de parte do quantum pulsional? Ou, em muitos dos casos, estariam a serviço da manutenção dos poderes vigentes que, pela via da repressão, disseminam-se em práticas discursivas, tais como as ensejadas pelo neoliberalismo, pelo discurso capitalista - discursos e políticas que corroboram para a manutenção de formas de viver e sentir de cunho colonialista e imperialista?!

Devemos ter em mente que, para Freud, o processo civilizatório implica necessariamente renúncia pulsional, tanto erótica, quanto agressiva e que civilizar acarreta, no mundo ocidental, um reprimir ou suprimir, produzindo-se nos sujeitos, em medidas variadas, um certo rancor ou ressentimento contra a cultura. A esse respeito, Hélio Pellegrino, em um lúcido e atualíssimo artigo, escrito há quase quarenta anos, argumenta que a intensidade e a violência da repressão – ou da supressão – vão depender não apenas das necessidades intrínsecas do processo civilizatório, mas da “*intensidade da luta de classes que nele se desenvolve.*” (Pellegrino, H, 1983). O autor acentua que Freud, ao analisar a sociedade capitalista, tomada por ele como modelo, não teria se dado conta de que nela a intensidade da repressão existe não apenas em função das exigências do processo civilizatório, mas da intensidade da injustiça social, mantida e garantida pela força. Para o psicanalista brasileiro, na sociedade capitalista existiria inevitavelmente aquilo que Marcuse denunciou como sobre-repressão, decorrente da exploração do homem pelo homem.

Ousamos sonhar com Pellegrino e Marcuse (1972) ao som de *Imagine*, de John Lennon, com uma sociedade na qual, uma vez superada a luta de classes e, portanto, estando dispensada da violência repressiva necessária à manutenção da injustiça e da segregação, reste-nos a exigência de uma mínima renúncia pulsional. Ou seja, ainda que

utopicamente, ousamos sonhar com um mundo no qual nos seja exigida apenas a libra de carne, a cota para que a violência possa ser (amor)tecida pelo doce balanço de Eros.

O lugar da violência no mundo contemporâneo

Se a violência sempre esteve presente na história universal, torna-se importante distinguir se há alguma especificidade em suas expressões contemporâneas, especialmente no que tange à sociedade brasileira. Assim, se tomamos por base a premissa freudiana, segundo a qual a civilização não deveria medir esforços no sentido de “colocar limites às pulsões agressivas” (FREUD, 1930/1976, p. 117), em nossa pesquisa e práticas extensionistas, fiel ao direcionamento freudiano, interrogamos especialmente qual seria o papel da cultura nessa necessária elaboração.

Se admitimos com Freud (1930) que a civilização deve envidar os maiores esforços “a fim de estabelecer limites para os impulsos agressivos do homem” (p.117), apostamos na lei simbólica para a elaboração dessa violência. Entendemos que um grupamento humano sem leis, ou seja, sem pactos e sem renúncias, é apenas uma horda na qual o pânico, o terror, além de mortes e destruições são inevitáveis. Embora saibamos que nenhuma tirania é capaz de anular completamente o desejo, por outro lado, reconhecemos o esforço que nos demanda sustentar essa insistência, pois onde o horror ocupa o lugar da lei, fica, por vezes, difícil e abstrato falar em cidadania. Estamos advertidas quanto a recomendação freudiana:

(...) a lei é a força de uma comunidade. Ainda é violência, pronta a se voltar contra qualquer indivíduo que se lhe oponha; funciona pelos mesmos métodos e persegue os mesmos objetivos. A única diferença real reside no fato de que naquilo que prevalece não é mais a violência de um indivíduo, mas a violência de uma comunidade... (Freud, 1933 [1932]/1976, 247).

Na história brasileira, a “legalidade” de um estado de violenta repressão política, tal como o experienciado na Ditadura civil- militar implantada em 1964, em um Golpe de Estado, redundou em uma maior ilegalidade no funcionamento da repressão, no funcionamento concomitante de outras formas de repressão paralelas, como esquadrões da morte, milícias e facções criminosas, que submetem, até hoje, o conjunto da população mais pobre a leis de tribunais de exceção. As “classes torturáveis” de outrora foram os militantes políticos críticos ao regime, os jornalistas, os estudantes, os indígenas, os operários, os pequenos agricultores e todo e qualquer opositor ao regime; a esses se

somam os de sempre: os miseráveis, os pobres, os indigentes que nunca deixaram de viver em regime de exceção, que jamais viveram em uma democracia! O governo que recém iniciou em 01/01/2023, do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, herdou um país em escombros: em suas terras estupradas e envenenadas pelo garimpo ilegal, em seus povos originários despojados de sua força e carne e largados em pele e osso, em seu povo desvalido em busca de ossos para comer, em mortes planejadas em abandono à pandemia. A proposta do extinto governo, comprometido com a política neoliberal, era o extermínio, o genocídio, praticado e sustentado tecnicamente como uma solução final, sustentando a necropolítica como projeto. A grande maioria do nosso povo, sobretudo jovens e pretos, esteve - e ainda está, pois não se muda em um mês uma ordem sustentada por anos - cotidianamente submetida à maior ilegalidade do que aquela comumente presente na aplicação da lei ou das práticas policiais. Situação que já havia sido acentuada por Gizlene Neder (2009):

(...) o processo de legitimação da violência no sistema penitenciário está ancorado, na forma e no lugar, com a cultura jurídica e religiosa e os atos violentos são eles próprios derivados de um estoque de tradições de punição (degredo e morte). Portanto, a violência e a crueldade presentes no sistema não são um fato excepcional, mas um acontecimento maior que tem vínculos com a cultura jurídica e a cultura religiosa sobre punição (NEDER, G, 2009, p. 29)

É a população mais pobre e preta a que mais vive sob o regime do terror, vivendo às margens da sociedade, sem acesso a um mínimo de cidadania, em um estado de guerra permanente, sem trégua. Desconhecem a paz tão clamada pelas elites em telejornais. Classificados como marginais e, muitas vezes, delinquentes, são esses os que mais vivenciam o registro da violência, pois a lei que lhes é imposta não tem nenhuma equivalência simbólica. Situação absurda que expressa a penosa e longa “transição”, que vem se realizando desde o século XIX, para a modernidade do trabalho assalariado, pelos ex-escravizados (?) brasileiros.

Percebemos assim o quanto as exigências e compromissos com a cultura levam o homem a ter contato com o sofrimento. Sofrimento que, segundo Freud (1930), nos ameaçam de três fontes: do próprio corpo, do mundo externo e do relacionamento com os outros homens (Freud, 1930, p.85). É desse último, de onde advém as relações sociais - considerada, por Freud, a fonte mais penosa - que precisamos, enquanto psicanalistas e educadores, nos ocupar particularmente.

Ao constatarmos no outro uma agressividade constitutiva, o que fazer de *Eros*, cujos sinônimos são ainda pulsão de vida ou sexual, que busca ligar, unir, juntar e acaba

por juntar os iguais pela exclusão imediata do diferente, tido como ameaçador? Do familiar ao estranho, há um movimento psíquico inconsciente que alimenta o narcisismo, produzindo a exclusão do inquietante até então tido como próximo. Movimentos que nos são muito evidentes nesses tempos em que o discurso capitalista impera, investindo na polarização política cuja origem consideramos vir da proposta divisionista do discurso capitalista: quanto mais divididos em grupos “identitários”, mais este discurso se fortalece! A mensagem subliminar sendo: “Que se matem”, pois com o advento das máquinas e a destruição do meio ambiente, menos gente para poluir é o projeto que lhes convém. A cientista social Susan George, estadunidense naturalizada francesa, criadora do site *Attac.fr* e ativista contra as grandes corporações e bancos deixou isso bem claro em *O relatório Lugano: sobre a manutenção do capitalismo no século XXI* (George, 1999/2003).

Não se trata aqui de apresentar toda a argumentação do livro – e convidamos o leitor para que o leia –, mas sim dele tirar o busílis da questão: uma população mundial de mais de sete bilhões de habitantes coloca a sobrevivência do capitalismo em seríssimo risco! A taxa de mortalidade infantil caiu e aumentou a sobrevivência de idosos. Assim, torna-se imperativo diminuir a população mundial. Além disso, há muito mais pessoas vivendo no Sul ou em países pobres, e exaurindo o planeta, do que no Norte rico (Domingues Alves & Manso de Barros, 2020, p. 360).

Éramos sete bilhões de habitantes em 1999. No ano de 2022, chegamos ao número de oito bilhões de habitantes e o problema se agrava. Em seu segundo livro, *Informe Lugano II: desta vez vamos liquidar com a democracia* (George, 2013), na versão em espanhol, George apresenta da mesma forma ficcional, como os super-ultra-ricos resolvem suas aflições para ter um planeta para chamar de “só seu”, e a resposta reforça a tese de Achille Mbembe (2018): através da necropolítica, elegendo aqueles que devem morrer. Para isso, o busílis da questão está na extinção de democracias, onde os pobres e desamparados em geral, maioria, podem eleger representantes como um nordestino morto de fome. E, claro, para isso é mister que as democracias acabem: com guerras, pandemias, fome, destruição em massa do sul do planeta. A violência é arma em palavras, em gestos e atos; usar a agressividade contra o próximo é essencial para garantir a distribuição de mentiras que destruam reputações e enganem o gado.

Freud nos indica que a agressividade compõe o psiquismo, enquanto manifestação da pulsão de morte, contraposta à pulsão sexual, ambas exigindo um arranjo subjetivo entre o eu e o supereu, arranjo que busca dar conta do circuito pulsional, valendo-se de *ideais* identificatórios da cultura. A cultura impõe restrições à agressividade e à

sexualidade, seja através do amalgamento pulsional, seja como formação defensiva, promovendo o amortecimento possível contra os desejos de destruição. Por sua vez, o sentimento inconsciente de culpa – que nada mais é que um dos nomes da angústia - é a manifestação do supereu ao fazer retornar a violência pulsional dirigida ao outro, em agressividade contra o próprio eu.

Coisa curiosa é que a culpa é um dos grandes entraves da convivência entre os homens, sendo “o mais importante problema no desenvolvimento da civilização”, pois *“o preço que pagamos por nosso avanço em termos de civilização é uma perda de felicidade pela intensificação do sentimento de culpa”* (1930/1976, p. 158), uma vez que se relaciona com a consciência do arrependimento ou remorso, em forma de um mal-estar atormentador. O sujeito passa a temer as críticas de seu supereu e comporta-se, isto é, coloca “comportas” para a manifestação dos afetos, retendo a agressividade e o amor nos limites fortificados de si mesmo, numa perigosa política de contenção dos afetos. O que não entendemos, e só o faremos com Lacan, é que a voz do Supereu vem do campo do Outro, é linguagem, e o Outro de hoje nos quer sempre dóceis, servis e passivos, voltando a agressividade contra nós mesmos. É Freud ainda quem nos alerta que toda *“renúncia à pulsão torna-se agora uma fonte dinâmica de consciência, e cada nova renúncia aumenta a severidade e a intolerância desta última”*. (p.152). Se nos primórdios os homens renunciavam à satisfação pulsional apenas por medo da autoridade externa, com o advento da internalização do crime primitivo, o medo vem da instância interna do supereu (p. 151)

Embora a tendência geral seja negar a agressividade em nós, se ela é constitutiva, não temos como dela nos livrar, e nem devemos. Isto porque a vida se faz também com a agressividade, necessária, não só para a conquista do objeto de amor, como também para a autopreservação. Fato admitido por Freud que a reconheceu antes de tudo em si mesmo, através de seus sonhos e do trabalho de análise pessoal, como também é imprescindível que a reconhecemos em nós. Há em nós um mais além do que uma alma dócil e gentil: há um corpo que sente e que precisa se manifestar diante da dor.

Pacificação ou silenciamento?! Paz sem voz é medo...

Freud se considerava um pacifista. É deste lugar que responde a Einstein, incluindo-o no mesmo espírito avesso às guerras. Era 1933, o nacional socialismo crescia

e ele já sentia a perseguição da política ariana à escolha de judeus como seus inimigos principais desde muito antes.

Eventualmente, o discurso que “promove a paz”, é um discurso subalterno. É preciso aprofundar e criticar o que nos é apresentado como um discurso de paz. Como observa Frantz Fanon, em *Os condenados da terra* (1969), quando o colonizado se opõe ao colonizador, ele está buscando sua libertação, e esta não poderá ser obtida sem violência, com paus, pedras ou catanas, contra tanques, mísseis, drones. Quando se quebram os baluartes dos representantes do capital, as vidraças do poder, se está diante da reação mínima possível diante da extrema e covarde violência que vem do outro. Os que nos querem passivos, servis, tolerantes, omissos, não se furtam em, de forma cruel e covarde, matar um homem negro na porta de um supermercado, com a assistência de celulares filmando o assassinato de João Alberto Silveira Freitas, em tempo real. E quando no dia seguinte uma parcela da população se revolta e quebra as vidraças do supermercado: “oh, como são violentos”, diz a mídia cínica, “deviam fazer manifestações pacíficas” contra o assassinato brutal.

Jean-Paul Sartre, no longo e denso prefácio que escreve ao livro de Fanon, observa que embora o livro não precisasse de prefácio, porque não se dirige aos colonizadores franceses da Argélia em luta por sua libertação, ele o fez, sobretudo para que “*nós, europeus, nos descolonizemos, isto é, extirpemos, por meio de uma operação sangrenta, o colono que há em cada um de nós*” (SARTRE, 1969, p.16). Diríamos que este texto foi escrito para que cada um de nós, brasileiros, brancos, entendamos, ainda que por uma operação sangrenta, o quanto o discurso do capitalismo nos coloniza e nos transforma em eternos culpados por desejarmos o melhor para todos: pobres, negros, povos originários, pobres, animais, florestas, rios, a Terra. A intenção, o projeto, é que “Diante do mundo arranjado pelo colonialista, o colonizado a todo momento se presume culpado” (FANON, 1969, p.39)

No capítulo intitulado *Da violência*, Fanon observa que “o decantado princípio que quer que todos os homens sejam iguais achará sua ilustração nas colônias assim que o colonizado se apresentar como igual ao colono” (p.33). Ao posicionamento como igual o colonizador contrapõe que embora os seres humanos sejam iguais, alguns são ‘mais iguais’ que outros. Não é outra coisa que vimos constantemente vir das elites brasileiras em suas reações escancaradamente racistas, misóginas, xenófobas. Fanon critica a posição de muitos intelectuais que clamam por paz no mundo colonizado, sem que se

deem conta do quanto o discurso que utilizam já é de um colonizado. Afinal, a psicanálise nos ensina que fomos, todos, colonizados pela língua.

(...) o intelectual que seguiu o colonialista no plano do universal abstrato vai lutar para que o colono e o colonizado possam viver em paz em um mundo novo. Mas o que não percebe, exatamente porque o colonialismo se infiltrou nele com todos os seus modos de pensar, é que o colono, uma vez desaparecido o contexto colonial, não tem mais interesse em ficar, em coexistir” (FANON, 1969, p. 33).

A paz torna-se um significante precioso, um S1, a partir do qual se organizaria toda a civilização. Contudo, como mantê-la se nem todos pensam da mesma forma? Se para uns é o que funda e mantém a própria vida, enquanto para outros é tédio e ensejo a pegar os pacifistas desavisados? Além disso, como há inúmeros afetos a nos colonizar, o quanto o discurso que pede paz não é um cala boca para as injustiças, a segregação ou o racismo enterrado por tantos anos sob o discurso do ‘brasileiro cordial’?

O medo silencia, e o silêncio do medo pode ser confundido com a paz. No Brasil, a Ditadura civil-militar impôs a censura às artes, calando por tantos anos, as manifestações artísticas: expressas em livros, artigos jornalísticos, músicas, peças teatrais. De maneira análoga, o recente (des)governo, que esteve no poder nos últimos quatro anos, também voltou suas garras para as artes e para nossos artistas... Mas o artista sabe como se reinventar e escapar daqueles menos aquinhoados em cultura, inteligência ou sensibilidade... É o que expressam os versos de Chico Buarque e Gilberto Gil em Cálice/Cale-se, composta em 1973, mas apenas gravada em 1978.

Pai, afasta de mim esse cálice, pai
Afasta de mim esse cálice, pai
Afasta de mim esse cálice
De vinho tinto de sangue

Como beber dessa bebida amarga
Tragar a dor, engolir a labuta
Mesmo calada a boca, resta o peito
Silêncio na cidade não se escuta
(BUARQUE e GIL, 1978)

Mesmo calada a boca, mesmo após o fim da Ditadura e a pretensão de um Governo democraticamente eleito, vemos que ela foi reduzida a apenas uma ‘democracia eleitoral’. Escandimos o “apenas”, porque na maior parte do tempo, para as camadas mais pobres da população brasileira vivendo em favelas, é a guerra cotidiana que impera. Com

seus versos, o artista denuncia a ilusão de paz provocada pela repressão, que no Rio de Janeiro sustentou a criação das UPPs – Unidade de Polícia Pacificadora – posicionadas nas comunidades mais pobres.

A minha alma tá armada e apontada
Para a cara do sossego!
Pois paz sem voz, paz sem voz
Não é paz, é medo
(Yuka, 1999)

Precisando a violência e a agressividade: uma distinção necessária

Importante precisar as diferenças entre violência e agressividade. Acreditamos ser importante reconhecer a dimensão pulsional e cultural dessas manifestações, sem o que lidar com a agressividade constitutiva da subjetividade não ganha o relevo necessário que a distingue da violência: a violência enquanto o emprego deliberado da agressividade a um objeto. Ou seja, na violência há uma certa intencionalidade. A violência é a agressividade utilizada para fins destrutivos. (Costa, 1984).

A violência, disruptiva e destrutiva, é desejada e realizada por sujeitos que devem se responsabilizar ou ser responsabilizados pelos atos dela decorrentes. Por sua vez, a agressividade, ao contrário da violência, se inscreve dentro do próprio processo de construção da subjetividade, movimento que ajuda a organizar o labirinto identificatório de cada sujeito, sendo, muitas vezes, necessária e criativa, implicando um recomeçar a novos custos...

Não podemos negar que há uma violência que se dissemina micro e macroscopicamente ao longo da história de nosso país. Não podemos negar a existência de uma territorialização do crime e da violência em favelas e periferias urbanas. Através dessa territorialização, comunidades mais desfavorecidas economicamente são, na maioria das vezes, reduzidas a locais de perigo, crimes e drogas, assim como as crianças e jovens que nelas habitam são vistos, apenas, como potencialmente perigosos. Procedimento que promove a “atualização dos campos de concentração e de extermínio”, pela identificação pública dos “inimigos sociais” e sua delimitação em espaços localizados, com fronteiras muito bem demarcadas, contribuindo para sua desqualificação, estigmatização, vigilância e controle (Wacquant, 2001, p.14).

É certo que o comparecimento da violência na juventude também se dá nas classes médias e altas, mas estamos nos detendo aqui sobre aqueles cujos atos são mais penalizados e ganham maior destaque, jovens que vêm sendo vítimas de um verdadeiro genocídio e sobre os quais mais e mais as políticas públicas deveriam, de fato, se debruçar.

Dentro desse escopo é importante frisar que o ato infracional não pode ser circunscrito à contenção violenta de uma classe, nem reduzido a uma patologia social. Em muitos dos casos, trata-se de uma busca de filiação, de reconhecimento, sem a qual o processo de afirmação identitária pode ficar comprometido ou ancorado em valores que não os da coletividade. Sociedades complexas e extremamente desiguais frequentemente promovem não apenas os socialmente excluídos, mas também os “não-afiliados”, os desenraizados, sujeitos que podem ser descritos geograficamente e psicologicamente como estando nos subúrbios da cidadania. Situações nas quais podemos pensar na violência como uma marca que permite ao sujeito emergir de um lugar não escolhido por ele, à procura de afiliação e reconhecimento - um lugar em uma polis que o rejeitou.

Assim sendo, a participação de crianças e jovens em comandos ligados ao narcotráfico requer uma análise mais ampla e refinada que não fique apenas restrita aos aspectos econômicos da questão. Um quadro que para ser adequadamente esclarecido exige que nos debruçemos sobre as relações sociais estabelecidas pela condição de desemprego e pobreza que assolam as favelas e periferias das metrópoles brasileiras marcadas pela exclusão social e pela violência dela decorrente.

Entendemos que muitos dos adolescentes que praticam atos violentos estão respondendo a um Outro, a uma sociedade que falhou com eles de forma muito intensa. Muitos, em algum momento, procuraram alguma sinalização de pertencimento ou de inclusão, contudo, como isso não ocorreu, o laço social se estabeleceu pelo uso abusivo da violência e da destrutividade.

Afinal, quando o Outro fracassa em dar força ao ego incipiente, surgem as condições impositivas que possibilitam uma submissão ou uma revolta face à realidade externa, em vez de uma abordagem mais criativa dos acontecimentos, sendo quase inexistentes, nesses casos, as possibilidades de construção de um espaço simbólico, no qual seja possível observar a dimensão criadora da agressividade.

Insistimos na aposta de que, ainda que de forma microscópica, nossos programas e projetos, ao concederem voz, tanto ao adolescente em conflito com a lei, como a

crianças e jovens em situações de vulnerabilidade, frequentemente silenciados e lhes permitindo algum acesso aos bens culturais estejam promovendo um corte, um furo, uma mínima diferença nessa história de horror que por tantos séculos se perpetua na história da cultura brasileira.

Ao longo dos cinco anos de atividade, a práxis do programa segue sendo valorizar o lugar de fala e a potência da escuta, na qual buscamos aproximar os jovens, tanto os universitários quanto os atendidos, assim como a própria Universidade, de outras realidades, contribuindo para o ampliar de perspectivas. Através da efetivação de experiências que evidenciam o quanto os processos históricos se perpetuam, atuando de forma inconsciente na naturalização e manutenção de formas jurídicas obsoletas, racistas e colonialistas, o programa busca contribuir para a formação cultural dos jovens, integrando-os na dimensão simbólica de seu tempo, a partir de uma elaboração de seu lugar na polis. Seguimos nosso trabalho pautado no desejo de oferecer aos sujeitos maiores chances de virem a ocupar novas posições no laço social: não mais assujeitados a uma moral da conformação, mas fazendo valer uma ética que afirma e sustenta um lugar para a diferença.

Referências:

COSTA, Jurandir Freire. *Violência e psicanálise*. Rio de Janeiro: Record, 1984.

DOMINGUES ALVES, M. & MANSO DE BARROS, R. M. O trabalho e sua ausência: o ataque à vida. In: COELHO, R. & MOTTA, D. A. (orgs.). *Psicanálise e trabalho: retratos do contemporâneo*. Porto Alegre: Memorial da Justiça do Trabalho do Rio Grande do Sul, 2020, p.345-369.

FANON, Frantz. Da violência. In: _____. *Os condenados da terra*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968, p. 25-74.

FREUD, Sigmund. Tótem e Tabu. In: *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*. Vol. XXI. Rio de Janeiro: Imago, 1976

_____. O mal-estar na cultura. In: *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*. Vol. XXI. Rio de Janeiro: Imago, 1976, p. 81-171. Obra originalmente publicada em 1930, escrita em 1929.

_____. Por que a guerra? In: *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*. Vol. XXII. Rio de Janeiro: Imago, 1976, p. 241-263.

FULKS, Beth. Duas propostas para a psicanálise contemporânea. *Tempo Psicanalítico*, Rio de Janeiro, v.43, n.2, 2011.

- GEORGE, Susan. *O relatório Lugano: sobre a manutenção do capitalismo no século XXI*. São Paulo: Boitempo, 2003. Publicado originalmente em 1999, em inglês.
- GEORGE, Susan. *El Informe Lugano II: Esta vez, vamos a liquidar la democracia*. Barcelona: Ediciones Deusto, 2013.
- LACAN, Jacques. *O seminário, livro 6: o desejo e sua interpretação (1958-1959)*. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2016.
- _____. A agressividade em psicanálise. In: *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.
- _____. Função e campo da palavra e da linguagem em psicanálise. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998
- LOSURDO, Domenico. *Contra-História do Liberalismo (2005)*. São Paulo: Ideias e Letras, 2006.
- MBEMBE, Achille. *Necropolítica*. São Paulo: n-1 edições, 2018.
- NEDER, Gizlene. Cultura, poder e violência. *Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental*, São Paulo, v.12, n.1, p. 17-30, mar. 2009.
- PELLEGRINO, Hélio. Pacto edípico e pacto social: da gramática do desejo á sem-vergonhice brasileira. In: *Folha de São Paulo*, 11 set.1983.
- PEREZ, L.M.F. & D'ICARAHY, M.E. & MANSO DE BARROS, R.M. & MARTELLO, A. Por uma ética da pólis: psicanálise e política. In: BRANDÃO, E. (org.) *Psicanálise e direito: subversões do sujeito no campo jurídico*. Rio de Janeiro: Nau, 2019.
- PEREZ, L.M.F.& & D'ICARAHY, M.E. & MANSO DE BARROS, R.M. Juventude, violência e agressividade, qual o papel da cultura nessa articulação significativa? In: VIEGAS, L. A. & QUIROGA, R. *Psicanálise de brasileiro, v.2*. Rio de Janeiro: CBL, 2021.
- PEREZ, L.M.F. & D'ICARAHY, M.E. & MANSO DE BARROS, R.M. & ENSÁ, A. Em nome do sujeito: psicanálise, arte e educação, o trabalho em rede em prol de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade. In: *Raízes e Rumos "Olhares para o futuro: ações extensionistas no contexto da infância e da adolescência, v.10, 2022*. <http://www.seer.unirio.br/index.php/raizeserumos>
- SAFATLE, Vladimir. *Maneiras de transformar mundos: Lacan, política e emancipação*. Belo Horizonte: Autêntica, 2020.
- SARTRE, Jean-Paul. Prefácio. In: FANON, Frantz. *Os condenados da terra*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968, p.3-21.
- WACQUANT, L. *Os condenados da cidade: estudos sobre marginalidade avançada*. Rio de Janeiro: Revan/Fase, 2001

DADOS DAS AUTORAS

Lucia Maria de Freitas Perez

Currículo: Psicanalista. Professora Associada do Departamento de Fundamentos da Educação da UNIRIO. Professora do Mestrado Profissional em Psicanálise e Políticas Públicas da UERJ. Doutora em Ciências da Saúde (Psicanálise), pelo Programa de Pós-Graduação em Psiquiatria, Psicanálise e Saúde Mental da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IPUB/UFRJ). Coordenadora de Ensino do Corpo Freudiano, Seção Rio de Janeiro. Editora do periódico Psicanálise & Barroco, em Revista.

Orcid: <http://orcid.org/0000-0001-7060-9151>

CV Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6310403203180078>

Endereço: Rua Brasília, 58/101. Barra da Tijuca. 22620-390

Email: luciafreitasperez@gmail.com / lucia.m.perez@unirio.br

Telefone: (21) 98843-2565

Rita Maria Manso de Barros

Currículo: Psicanalista. Professora Titular do Departamento de Fundamentos da Educação da UNIRIO. Professora Associada do Programa de Pós-graduação em Psicanálise (ME/DO) e do Mestrado Profissional em Psicanálise e Políticas Públicas da UERJ. Pós-doutorado no Laboratório de Psicanálise, Sociedade e Política do Instituto de Psicologia da USP.

Orcid: <http://orcid.org/0000-0001-7603-8062>

CV Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4241759241115365>

Endereço: Rua Santa Clara, 266/801. Copacabana. 22041-012.

Email: ritamanso2008@gmail.com / rita.barros@unirio.br

Telefone: (21) 99917-6271